

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
  - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 1º/11/2017

### Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Rogério Correia – André Quintão – Arlete Magalhães – Carlos Henrique – Cássio Soares – Coronel Piccinini – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 7, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

## ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/10/2017

Às 14h30min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das políticas de prevenção de criminalidade no Estado. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Azilton Ferreira Viana, presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – Cellos –, em que solicita a indicação do Cellos

como entidade responsável pela proposta e execução do Projeto Protagonismo LGBT – 2ª edição. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andreza Rafaela Abreu, subsecretária de Política de Prevenção Social a Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representando Sérgio Barboza Menezes, secretário; e Mayesse Silva Parizi, representante dos gestores e técnicos da Política de Prevenção à Criminalidade; e os Srs. Eduardo Cerqueira Batitucci, doutor em Sociologia pela UFMG e pesquisador da Fundação João Pinheiro; Joilson Almeida Souza, oficinairo do Programa Fica Vivo; Hélio Azevedo de Paula, oficinairo do Programa Fica Vivo; Sandro Drumond Brandão, procurador do Estado de Minas Gerais, representando Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado; e Edmar Branco, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A presidência na qualidade de coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Nesse momento, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, que também tece suas considerações. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Nesse momento comparece à reunião o deputado Geraldo Pimenta. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.154/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas para a Prefeitura de Belo Horizonte, para a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para a Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais de Minas Gerais, para a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, para a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – para o Sr. Adilson Vieira de Freitas, representante dos moradores da Vila Arthur de Sá, para a organização Brigadas Populares de Belo Horizonte, para o Ministério Público da União e para a Defensoria Pública da União as notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, em que se debateu a iminente remoção dos moradores da Vila Arthur de Sá;

nº 10.155/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para intensificação do serviço de limpeza urbana e reparos em vias públicas na Vila Arthur de Sá, uma vez que esse serviço se encontra comprometido, conforme relatado na 17ª Reunião Extraordinária;

nº 10.156/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam suspensas as obras da Via 710, uma vez que está em processo uma negociação entre os moradores da Vila Arthur de Sá para definir o remodelamento do projeto; e seja garantida a iluminação pública na referida vila, conforme relatado na 17ª Reunião Extraordinária, em que se debateu a iminente remoção dos moradores dessa localidade;

nº 10.157/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Geras – Cemig – pedido de providências para garantir a iluminação pública na Vila Arthur de Sá, em Belo Horizonte, uma vez que nem toda a vila conta com iluminação, conforme relatado na 17ª Reunião Extraordinária, em que se debateu a iminente remoção dos moradores dessa localidade;

nº 10.158/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam realizadas obras nas vias públicas da Vila Arthur de Sá, de forma a reparar os danos causados pelas obras da Via 710, que deixaram restos de vergalhões e entulhos, bem como os danos nas calçadas, que representam perigo para os moradores, conforme relatado na 17ª Reunião Extraordinária;

nº 10.159/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências com vistas à suspensão legal dos processos judiciais referentes à remoção dos moradores da Vila Arthur de Sá, devido a ilegalidades no processo de remoção, conforme relatado na 17ª Reunião Extraordinária, que debateu a iminente remoção dos moradores dessa localidade;

nº 10.164/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para a instituição de uma câmara técnica, com a participação de moradores da Vila Arthur de Sá, de representantes do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Estadual e da União, de representantes da Urbel, da Sudecap e da Secretária de Políticas Urbanas, com a finalidade de construir um plano de obras da Via 710 que inclua o reassentamento dos moradores da Vila Arthur de Sá nas áreas adjacentes à vila;

nº 10.297/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem sejam encaminhadas ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública, à Subsecretaria de Política de Prevenção Social à Criminalidade, ao procurador-geral de Justiça, ao Sr. Eduardo Cerqueira Batitucci, pesquisador da Fundação João Pinheiro, ao Ministério Público do Estado e à Defensoria Pública do Estado as notas taquigráficas da 18ª Reunião Extraordinária, que debateu a situação das políticas de prevenção à criminalidade no Estado;

nº 10.298/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências com vistas a que seja garantida a continuidade da execução dos programas de prevenção à criminalidade no Estado, uma vez que atualmente eles se encontram paralisados, conforme relatado na 18ª Reunião Extraordinária, que debateu, em audiência pública, a situação das políticas de prevenção à criminalidade no Estado;

nº 10.299/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao governador do Estado para debater a continuidade da execução dos programas de prevenção à criminalidade do Estado, uma vez que atualmente eles se encontram paralisados, conforme relatado na 18ª Reunião Extraordinária, que debateu, em audiência pública, a situação das políticas de prevenção à criminalidade no Estado;

nº 10.300/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para que seja retomada, por parte do Poder Executivo, a execução dos programas de prevenção à criminalidade no Estado, que atualmente se encontram paralisados devido ao Mandado de Segurança nº 1.0000.17.056882-8/000, impetrado pelo Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania, relativo à impugnação do Edital Sesp/Supec nº 01/2017;

nº 10.301/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja encaminhado a esta Casa projeto de lei que Institui a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade e dá outras providências.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2017.

Rosângela Reis, presidente – Geraldo Pimenta – Ivair Nogueira.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/10/2017**

Às 8h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia, Gustavo Valadares, Roberto Andrade, Tito Torres e Gustavo Santana. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação precária em que se encontra a Bacia do Rio Fanado, nos Municípios de Angelândia, Capelinha, Turmalina e Minas

Novas, no Alto Jequitinhonha. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Rodrigo Souza de Albuquerque, corregedor-geral em exercício do Ministério Público de Minas Gerais (21/9/2017). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, diretor de Operação Norte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa; Walmar Gonçalves de Souza, gerente regional da Emater em Capelinha; Carlos Barbosa Xavier, prefeito de Turmalina; Warlen Francisco da Silva, presidente da Câmara Municipal de Turmalina; Luciano Cordoval de Barros, coordenador do Projeto Barraginhas – Embrapa de Sete Lagoas; José Felipe Mota, vice-prefeito de Minas Novas, representando Aécio Guedes Soares, prefeito de Minas Novas; João Paulo Batista de Souza, prefeito de Angelândia; Tadeu Filipe Fernandes de Abreu, prefeito de Capelinha; Alan Oliveira dos Santos, técnico em Agropecuária, representando Valmir Soares Macêdo, diretor-geral do Centro de Agricultura Alternativa Vicente de Nica – CAV Turmalina; e Daniel Costa Sousa, presidente da Associação de Recuperação e Proteção Ambiental de Minas Novas – Arpa – e do Movimento SOS Fanado. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.400/2017, dos deputados Rogério Correia, Doutor Jean Freire e Tito Torres, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei que atenda ao quadro de pessoal da Emater visando à liberação, por parte do Tribunal de Contas, do concurso para provimento de cargos dessa empresa;

nº 10.401/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que não seja aplicada a reforma trabalhista na empresa e se realize reunião com representantes do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – Sindieletrô – sobre esse tema;

nº 10.402/2017, dos deputados Rogério Correia, Doutor Jean Freire e Tito Torres, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a criar um grupo de estudo e execução voltado para a recuperação ambiental da Bacia do Rio Fanado, envolvendo a União, órgãos e entidades do Estado e prefeituras, visando à realização de diagnóstico da situação ambiental da bacia e programa para execução de intervenções relacionadas à crise hídrica na região;

nº 10.403/2017, dos deputados Rogério Correia, Doutor Jean Freire e Tito Torres, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para que não se façam cortes orçamentários nos programas federais referentes à convivência com a seca e ao combate às crises hídricas executadas no Estado;

nº 10.404/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de providências para que sejam fiscalizadas as outorgas de água concedidas nos municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Fanado (Minas Novas, Turmalina, Angelândia e Capelinha) com vistas a assegurar a quantidade e a qualidade das águas para os múltiplos usos existentes na região, tendo em vista o quadro de degradação ambiental em que se encontra a bacia;

nº 10.405/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de providências para que seja realizado diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Fanado e avaliada a necessidade de declarar situação crítica de escassez hídrica na região, com vistas a minimizar os efeitos de seca, minorar a situação de grave degradação ambiental, atender aos usos prioritários e minimizar os impactos sobre os múltiplos usos da água nessa bacia;

nº 10.407/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas pedido de providências para que seja articulada, junto à Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, a instalação de posto de fiscalização na região do Alto dos Bois, no Município de Angelândia, com vistas a assegurar o cumprimento da legislação ambiental e atenuar a situação de degradação em que se encontra a Bacia Hidrográfica do Rio Fanado;

nº 10.408/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí pedido de providências para que seja criado o subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Fanado com vistas a otimizar a gestão dos recursos hídricos nessa sub-bacia;

nº 10.409/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Copasa pedido de providências com vistas a regularizar o funcionamento das estações de tratamento de esgoto dos Municípios de Capelinha e Minas Novas, para atenuar a situação de degradação ambiental em que se encontra a Bacia Hidrográfica do Rio Fanado;

nº 10.410/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências com vistas a incluir a Bacia Hidrográfica do Rio Fanado no programa Pró-Mananciais, para atenuar a situação de degradação ambiental em que se encontra essa bacia;

nº 10.411/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Copanor pedido de providências para que seja regularizado o funcionamento da estação de tratamento de esgoto do Município de Angelândia, com vistas a atenuar a situação de degradação ambiental em que se encontra a Bacia Hidrográfica do Rio Fanado;

nº 10.412/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas a elaborar e executar projeto de proteção e recuperação das nascentes dos cerca de 40 córregos da Bacia Hidrográfica do Rio Fanado, para atenuar a situação de degradação ambiental em que se encontra essa bacia;

nº 10.413/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências com vistas a apoiar, por meio do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – Fundif –, projetos relacionados à revitalização da Bacia do Rio Fanado, para atenuar a situação de degradação ambiental em que se encontra essa bacia;

nº 10.414/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências com vistas a apoiar, por meio do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro –, projetos relacionados à revitalização da Bacia do Rio Fanado, para atenuar a situação de degradação ambiental em que se encontra essa bacia;

nº 10.415/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhada ao presidente da República e aos deputados federais e aos senadores por Minas Gerais manifestação de repúdio pela exoneração do Sr. André Esposito Roston, chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2017

Rosângela Reis, presidente – Geraldo Pimenta – Ivair Nogueira.

#### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2017**

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Celinho do Sinttrocel (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência torna sem efeito, por falta de pressupostos regimentais, a 16ª reunião ordinária realizada em 18/10/2017 e todos os atos praticados. A presidência informa que a

reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mails da Sra. Luana Natielle, assessora em Direitos Humanos da FoodFirst Information & Action Network – FIAN/Brasil, solicitando informação sobre como acompanhar o conjunto de encaminhamentos resultantes da 10ª Reunião Ordinária dessa comissão; da Sra. Marcia Andrea Paiva, de Resende (RJ), pleiteando reconhecimento público para o Sr. Douglas Sant'Anna, voluntário que trabalhou em prol das vítimas no desastre de Mariana; do Sr. José Maria de Aquino, de Barroso, relatando problemas com o pedido de transferência requerido por seu filho, que é policial militar, para o 38º BPM, em São João Del-Rei; de um cidadão, advogado em São Sebastião do Paraíso, fazendo denúncia anônima de que foi preso ilegalmente no exercício da profissão; e do Sr. Anderson Cesar da Silva, de Barbacena, afirmando que a Polícia Militar não respeitou a presunção da inocência prevista no art. V da Constituição Federal em concurso realizado por ele em 2015. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (5/10/2017); e da Sra. Shermila Peres Dhingra, coordenadora regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Paraíba do Sul, e do Sr. Carlos Eduardo Fernandes Neves Ribeiro, promotor de justiça da Comarca de Mirai (12/10/2017).

O presidente designa como relatora da visita realizada à ocupação Carolina Maria Jesus no dia 4/10/2017 a deputada Marília Campos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.418/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento da violência e de homicídios, que afetam principalmente a juventude negra e pobre, e fazer o lançamento da agenda legislativa concernente ao problema;

nº 10.419/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Juiz de Fora para debater o genocídio da juventude negra nesse município;

nº 10.431/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações aos direitos humanos no âmbito do Presídio Martinho Drumond, localizado em Ribeirão das Neves, conforme denúncias apresentadas por familiares de presos;

nº 10.432/2017, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater aspectos da Portaria nº 1.129/2017, do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União de 16/10/2017, especialmente no que se refere às alterações conceituais do trabalho escravo, à legislação nacional e às convenções internacionais do trabalho, bem como aos impactos da mencionada portaria nas relações de trabalho no Brasil;

nº 10.488/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada visita à Escola de Direito Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte, para participação no II Seminário Estadual de Respeito à Diversidade Religiosa, a ser realizado em 7/9/2017;

nº 10.490/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública com vistas a debater e apresentar o estudo sobre o Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi – no Estado, considerando-se os direitos e garantias fundamentais;

nº 10.491/2017, dos deputados Rogério Correia, Cristiano Silveira, Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com a população atingida, as ações adotadas para reparar os danos socioambientais causados pela mineradora Samarco em virtude do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, tendo em vista que, na iminência de se completarem dois anos da tragédia, diversos direitos ainda não foram reparados;

nº 10.493/2017, dos deputados Cristiano Silveira, Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta em que requerem seja realizada audiência pública com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater o relatório final da CPI da Previdência, que investigou as contas do seguro social no país e em que foi declarada a inexistência de déficit no referido órgão;

nº 10.494/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada visita à secretária de Estado da Educação para, com o secretário de Estado de Governo e com representantes dos grupos de trabalho das superintendências regionais de ensino, do Órgão Central da Secretaria de Educação e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – discutir a pauta de reivindicações dos servidores das superintendências regionais de ensino e do referido órgão central.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2017**

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Dilzon Melo e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Aline Neves Paiva, presidente da Câmara Municipal de Turvolândia, e do Sr. Amauri Artimos da Matta, coordenador do Procon-MG (28/9/2017); do Sr. Silvio Arthur Pereira, assessor especial do Ministro de Estado de Integração Nacional, e da Sra. Ana Lúcia Teixeira de Jesus, presidente da Câmara Municipal de Caldas (5/10/2017). Comunica também o recebimento de *e-mails* pelo Fale com as Comissões dos cidadãos Ronei, morador de Raposos, reivindicando melhoria de infraestrutura para o município, onde falta água tratada, pavimentação adequada e iluminação na estrada que liga o Bairro das Cândidas ao centro de Raposos; Alexandre de Souza Melo, de Ipatinga, solicitando a execução de novos projetos de tratamentos de água, esgoto e resíduos sólidos de Ipatinga e Região do Vale do Aço; e Maria Nilza Ramos Ferreira, de Espinosa, informando que a empresa Perfil, que está executando obra na rede de esgoto do município está jogando todo o entulho da obra dentro do rio e solicitando providências aos órgãos competentes para que fiscalize a referida obra. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.131/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater e avaliar o resultado do leilão que vendeu as quatro usinas hidrelétricas operadas pela Cemig – São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande –, bem como planejar novas ações para tentar anular o resultado dessa venda;

nº 10.354/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor dos ativos dessa empresa em Carmo do Rio Claro, atualizado até a presente data, a ser ressarcido pelo município em caso de rompimento do contrato de concessão;

nº 10.355/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o investimento em proteção, preservação e conservação do meio ambiente no Município de Carmo do Rio Claro nos últimos 40 anos, período da concessão dada a essa empresa;

nº 10.356/2017, dos deputados Fabiano Tolentino e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor arrecadado com a tarifa de água e esgoto no Município de Carmo do Rio Claro, discriminando-se os valores arrecadados com os serviços de fornecimento de água e de coleta e de tratamento de esgoto;

nº 10.358/2017, dos deputados Cássio Soares, João Vítor Xavier, Fabiano Tolentino e Emidinho Madeira, em que requerem seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a data prevista para conclusão das licitações para a construção de duas estações elevatórias de esgoto, bem como do interceptor, que juntos elevarão a captação e tratamento do esgoto em Carmo do Rio Claro para 100%;

nº 10.359/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciado em relatório ou planilha sobre a concessão de serviços de saneamento a essa empresa pelo Município de Carmo do Rio Claro, além de todos os contratos efetivados nos últimos 5 anos referentes a projetos, obras e serviços, a aquisição ou manutenção de equipamentos, a reformas, ampliações ou aquisições de instalações, especificando-se o nome e o CPF ou o CNPJ da pessoa ou empresa contratada, bem como de todos os participantes de cada certame licitatório, por carta-convite, tomada de preço ou licitação pública, e mesmo daqueles em que houve dispensa de licitação, caso em que deve vir acompanhado da justificativa da respectiva dispensa, com especificação, ainda, da data da contratação, do valor inicial do contrato, do valor final executado, com aditivos se houver, além da cópia das notas fiscais de todos os procedimentos listados acima;

nº 10.360/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência de convidados com vistas à apresentação, pelo Ministério Público do Estado, de parecer técnico elaborado pelos geólogos desse órgão, pelo qual se pode constatar a existência de riscos à estabilidade da barragem Casa de Pedra, da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, no Município de Congonhas.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 10.357/2017, dos deputados Fabiano Tolentino, João Vítor Xavier, Cássio Soares e Emidinho Madeira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com a Arsae-MG a situação do tratamento de esgoto pela Copasa-MG no Município de Carmo do Rio Claro bem como em todo o Estado. Em seguida, são aprovados os relatórios de visitas ao acampamento da Plataforma Operária Camponesa de Energia, na Usina Hidrelétrica de São Simão, no Município de Santa Vitória, realizada em 25/8/2017, e à Usina Hidrelétrica de Jaguará, no Município de Sacramento, realizada 15/9/2017, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Antonio Carlos Arantes – Agostinho Patrus Filho.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Minas e Energia

#### Local visitado: Usina Hidrelétrica de Jaguará, em Sacramento-MG

#### Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.509, de 2017, dos deputados Rogério Correia e Bosco, a Comissão de Minas e Energia visitou, no dia 15/9/2017, a Usina Hidrelétrica de Jaguará, no Município de Sacramento, para participar de ato público da Frente Mineira de Defesa da Cemig, movimento contrário ao leilão das usinas de São Simão, Miranda e Jaguará, controladas pela empresa.

Estiveram presentes os deputados Rogério Correia, Bosco, Cristiano Silveira, Geraldo Pimenta e Antônio Lerin; o prefeito de Uberaba, Paulo Piau, e de Sacramento, Wesley de Santi de Melo; o diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga; o diretor de Transmissão da Cemig, Franklin Moreira; o coordenador-geral do Sndieletro de Minas Gerais, Jefferson Leandro Teixeira da Silva; o dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens –

MAB –, Joceli Jaison José Andrioli; o diretor do Parque Náutico de Jaguará, Ivan Barbosa; e o representante da Plataforma Nacional de Energia, Pablo Dias.

### **Relato**

A Usina Hidrelétrica de Jaguará está localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, em área pertencente aos Municípios de Sacramento (MG) e Rifaina (SP), às margens do Rio Grande. Inaugurada em 1971, a unidade tem um reservatório com volume de 470 hm<sup>3</sup> e quatro turbinas, responsáveis pela geração de 424 MW de energia.

Com o leilão das quatro usinas – Miranda (Rio Araguari), São Simão (Rio Paranaíba), Jaguará (Rio Grande), além da Hidrelétrica de Volta Grande, no Estado de São Paulo, da qual a Cemig também tem a concessão –, o governo federal pretende arrecadar R\$11 bilhões, para ajudar a cobrir o rombo fiscal da União.

O ato público da Frente Mineira de Defesa da Cemig, em 15/9/2017, ocorreu justamente para defender a manutenção da concessão das Usinas de Jaguará, de Miranda e de São Simão.

Segundo o diretor de Geração e Distribuição da Cemig, Franklin Moreira, o governo do Estado espera reunir recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão para garantir o controle integral da Usina de Jaguará, bem como assegurar, ainda que parcialmente, o controle das Hidrelétricas de São Simão e Miranda.

O presidente da frente, deputado Rogério Correia, informou que os deputados estaduais e federais mineiros realizarão um ato político na Câmara dos Deputados, no dia 20 de setembro, contra o processo de privatização. Além disso, afirmou que a frente e seus apoiadores vão entrar com diversas ações judiciais em todos os locais do País nos quais a Cemig atua, visando a obter liminares que adiem a realização do leilão.

A Comissão de Minas e Energia ressaltou o papel dos movimentos sociais como agentes de pressão pela causa e de visibilidade da mobilização. Já o deputado Cristiano Silveira destacou que a mobilização deve se dar em várias frentes – jurídica, política e popular – e que, em sua avaliação, a privatização das usinas fatalmente vai resultar em aumento das tarifas de energia elétrica, prejudicando o consumidor residencial e o setor produtivo. Por sua vez, o deputado Geraldo Pimenta lembrou que emenda constitucional exige que a venda de setores estratégicos seja referendada por plebiscito. Por fim, o coordenador-geral do Sindieletrô, Jefferson Silva, destacou que a venda das usinas vai fragilizar a Cemig, reduzir sua capacidade de investimentos e prejudicar os trabalhadores, a população e o parque industrial do Estado.

### **Conclusão**

A visita cumpriu sua finalidade, que foi a de manifestar a posição da Comissão de Minas e Energia contrária ao leilão das usinas, destacando a importância da manutenção das concessões da Cemig para a garantia da qualidade dos serviços de fornecimento de energia para os mineiros.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2017.

Bosco, relator.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Minas e Energia**

#### **Local visitado: Usina Hidrelétrica de São Simão – Município de Santa Vitória**

#### **Apresentação**

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.508, de 2017, dos deputados Rogério Correia e Bosco, a Comissão de Minas e Energia visitou, no dia 25/8/2017, o acampamento da Plataforma Operária Camponesa de Energia, na Usina Hidrelétrica de São

Simão, no Município de Santa Vitória. O objetivo foi participar do ato público da Frente Mineira em Defesa da Cemig contrário ao leilão das Usinas de São Simão, Miranda e Jaguará, controladas pela empresa.

Participaram da visita o deputado Rogério Correia; a deputada Geisa Teixeira; a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores; e os Srs. Salim Curi, prefeito de Santa Vitória; Pablo Dias, integrante da direção estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e Jefferson Leandro Teixeira da Silva, coordenador-geral do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais– Sindieletro-MG.

### Relato

A Usina Hidrelétrica de São Simão está localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e Goiás, em área pertencente aos Municípios de Santa Vitória e São Simão (GO), às margens do Rio Paranaíba. Inaugurada em 1978, a unidade tem capacidade instalada de 1.710MW e um reservatório de 677km<sup>2</sup>.

A São Simão é uma das hidrelétricas que o governo federal pretende leiloar, junto com as Usinas de Miranda, no Rio Araguari, e de Jaguará, no Rio Grande, ambas em Minas Gerais. Em 1997, a Cemig adquiriu a concessão dessas usinas por um período de 20 anos. Pelo acordo, os contratos poderiam ser renovados por mais 20 anos automaticamente. Segundo a estatal, as três usinas representam 50% de sua capacidade de geração de energia, e a empresa vem negociando na justiça o direito de renovar automaticamente a sua concessão.

O leilão, previsto inicialmente para o dia 27 de setembro, tem o intuito de arrecadar R\$ 11 bilhões, que ajudariam a cobrir o rombo fiscal da União.

Em 25 de agosto de 2017, a ALMG fez uma visita à referida usina, em defesa da manutenção de sua concessão, bem como das hidrelétricas de Miranda e de Jaguará. Durante a visita, o prefeito de Santa Vitória, Salim Curi, relatou que mais de 10% da população trabalha na hidrelétrica e que 40% dos moradores depende indiretamente dela. Além disso, segundo ele, 40% da economia de Santa Vitória derivam dos *royalties* pagos à prefeitura em decorrência da atividade.

O deputado Rogério Correia, que coordena a Frente em Defesa da Cemig e que, com o deputado Bosco, solicitou a visita, enfatizou a unidade dos mineiros de correntes políticas e ideológicas diversas pela manutenção das usinas sob a concessão da empresa. Salientou, ainda, que é preciso resistir às privatizações propostas pelo governo federal. A deputada Geisa Teixeira concordou com o deputado Rogério Correia, enfatizando que é preciso manter a união pela causa. Para ela, o governo haverá de recuar ao perceber uma resistência contínua.

De acordo com o integrante da direção estadual do MAB, Pablo Dias, cerca de 150 pessoas estavam acampadas em frente à Usina de São Simão.

O coordenador-geral do Sindieletro-MG, Jefferson Leandro Teixeira da Silva, enfatizou a importância do acampamento como instrumento de luta e destacou que a iniciativa se encerraria naquele mesmo dia com o ato público e o fim das visitas de interessados em adquirir a concessão da usina.

### Conclusão

A visita cumpriu sua finalidade, que foi a de manifestar a posição da Comissão de Minas e Energia contrária ao leilão das usinas, destacando a importância da manutenção das concessões da Cemig para a garantia da qualidade dos serviços de fornecimento de energia para os mineiros.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2017.

Geisa Teixeira, relatora.

**ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/10/2017**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Cíntia Roberta Gomes de Lima, promotora de justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Corações do Ministério Público do Estado (21/10/2017), e do senador Edison Lobão (12/10/2017), Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.576, 7.640, 7.771, 7.772, 7.781, 7.782, 7.784, 7.794, 7.800, 7.801, 7.822, 7.837 a 7.842, 7.890 a 7.894, 8.002, 8.009 a 8.011, 8.017, 8.020, 8.021, 8.034, 8.035, 8.057, 8.058, 8.069 a 8.075, 8.087, 8.089, 8.091, 8.092, 8.094, 8.102, 8.109 a 8.112/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.350/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar que seja realizado o devido processo licitatório com vistas a adquirir o material e contratar os serviços necessários à reforma do quartel sediado em Glaucilândia, que não dispõe de infraestrutura adequada ao exercício de importante função, assim como não oferece segurança aos próprios policiais militares;

nº 10.351/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 17ª Reunião Ordinária, para que sejam apurados os fatos expostos pela Sra. Mônica Abreu na referida reunião;

nº 10.352/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para determinar que o 2º Pelotão de Bombeiros Militar, sediado na cidade de Itajubá, seja elevado à categoria de companhia, tendo em vista a extensão territorial da microrregião do Estado a que pertence e a demanda local crescente;

nº 10.353/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar o aumento do efetivo policial e a disponibilização de nova viatura para o quartel sediado no Município de Alto Caparaó, que dispõe de um único veículo para realizar o policiamento da cidade, que recebe anualmente mais de 100 mil visitantes;

nº 10.361/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adoção de políticas públicas efetivas para o combate às ações de criminalidade no Município de Bom Sucesso e região;

nº 10.371/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja realizado estudo de viabilidade técnica para a implantação do programa Olho Vivo na Praça Uruguaiana, no Bairro Senhor Bom Jesus;

nº 10.376/2017, da deputada Arlete Magalhães, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam instaladas câmeras de monitoramento do programa Olho Vivo na Praça Palermo;

nº 10.398/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Diretoria do Departamento de Trânsito – Detran – em Belo Horizonte, pedido de providências, acompanhado das notas

taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária, para editar com urgência ato normativo com vistas a disciplinar a Lei Federal nº 12.977, de 2014, para possibilitar a atividade de fiscalização e repressão dos desmontes de veículos no Estado;

nº 10.399/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 18ª Reunião Ordinária, para a realização de operações conjuntas de repressão qualificada, com planejamento e participação dos órgãos de inteligência, com vistas a proceder à repressão aos crimes de roubos e furtos de veículos na Região Noroeste de Belo Horizonte;

nº 10.423/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para determinarem o aumento do efetivo policial, a disponibilização de equipamentos de proteção individual e a substituição de viaturas no Município de Patrocínio, que enfrenta dificuldades em razão da inadequada infraestrutura e logística das Polícias Civil e Militar;

nº 10.428/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada visita às unidades prisionais da região do Triângulo com a finalidade de verificar a situação dos estabelecimentos e as condições de trabalho dos agentes prisionais;

nº 10.454/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do presídio do Município de Frutal;

nº 10.455/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o policiamento nos Bairros Ipiranga e Renascença, em Belo Horizonte, seja intensificado, com a presença ostensiva de policiais militares, de modo a coibir a ocorrência de furtos e roubos nessas regiões;

nº 10.462/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma moto-viatura, bem como uma viatura de grande porte e com compartimento de segurança, ao Destacamento da Polícia Militar sediado no Município de Catuti, que possui apenas um veículo impróprio ao policiamento local, que abrange comunidades rurais;

nº 10.463/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo, em que requerem seja realizada visita à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de São Paulo para debater ações conjuntas de interesse dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo no combate à criminalidade nas regiões de divisa;

nº 10.464/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que não seja alocado um único policial isolado em destacamentos de localidades do Estado, de forma que seja cumprida a regra básica dos *Cadernos Doutrinários da Polícia Militar* de atuação com supremacia de força;

nº 10.465/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, Dilzon Melo e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais e à Delegacia Regional da 6ª Região Integrada de Segurança Pública pedido de providências para que sejam executadas operações conjuntas de repressão qualificada ao crime no Município de Ilicínea e região;

nº 10.466/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências consubstanciado na solicitação do Sr. Gustavo Freire Radd e no Of. CG. GABPRE nº 028/2017, do chefe de gabinete do prefeito de Belo Horizonte;

nº 10.467/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura, modelo caminhonete, ao Município de Ilicínea, tendo em vista que os dois veículos hoje disponíveis são incompatíveis com o policiamento local, que abrange extensa área rural e onde se concentram mais de 2.394 habitantes;

nº 10.468/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja instalada uma delegacia de polícia no Município de Ilicínea, com a necessária designação de delegado, investigadores, escrivães e peritos criminais, de modo a garantir a adequada resposta da polícia judiciária à população, que vive com a sensação de impunidade;

nº 10.469/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para que seja revisto o ato que concedeu a autorização para a realização de evento no próximo dia 11 de novembro de 2017, no Bairro Urca, tendo em vista notícia de que este seria realizado para intensificar o tráfico de drogas na região;

nº 10.470/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja intensificado o policiamento no Bairro Urca, em Belo Horizonte, em especial no dia 11 de novembro de 2017, quando ocorrerá um evento que, não obstante autorizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, seria realizado, segundo noticiado, para intensificar o tráfico de drogas na região;

nº 10.471/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Dilzon Melo, em que requerem seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para que sejam garantidos a devida assistência e amparo à Sra. Fabiana Aparecida de Souza, viúva do Cabo PM Fabiano Renato Vaneli, baleado em 22/9/2017, no Município de Ilicínea;

nº 10.475/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas à 136ª Companhia de Polícia Militar, no Município de São João Nepomuceno, uma vez que são indispensáveis ao adequado policiamento local;

nº 10.476/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar e à Polícia Civil pedido de providências para aumentar o efetivo policial no Município de São João Nepomuceno, de modo a incrementar o aparato estatal em resposta à elevação do índice de criminalidade local;

nº 10.483/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinadas novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, ao pelotão da Polícia Militar sediado no Município de Jequitinhonha, uma vez que as viaturas atualmente disponíveis, além de sucateadas, são incompatíveis com o policiamento local, que abrange extensa área rural;

nº 10.487/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de trabalho a que estão sendo submetidos os policiais militares lotados na 117ª Companhia do 9º Batalhão de Polícia Militar, da 13ª Região de Polícia Militar, em especial no que se refere ao policiamento em eventos realizados no Município de Ressaquinha e região, deixando as localidades desguarnecidas;

nº 10.516/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam convocados os comandantes da 6ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar e do 1º Batalhão de Polícia Militar, respectivamente o Maj. PM Renato Salgado Cintra Gil e o Ten.-Cel. PM Eduardo Felisberto Alves, para que compareçam a audiência pública nesta Casa e prestem esclarecimentos quanto às irregularidades verificadas durante visita à unidade em 24/10/2017;

nº 10.518/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares mencionados no Requerimento nº 10.322/2017;

nº 10.520/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a imediata estruturação e regularização da sinalização necessária para a utilização do heliponto do

Hospital João XXIII, em Belo Horizonte, de modo a garantir-se a prestação do atendimento, bem como a segurança dos pacientes e profissionais do hospital e do Corpo de Bombeiros Milita;

nº 10.521/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública, com a presença do secretário de Estado de Fazenda, para obter explicações sobre o atraso nos repasses ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, que vem acarretando o descredenciamento da rede conveniada e tem comprometido o tratamento de saúde de bombeiros e policiais militares, bem como de pensionistas; e seja convocado para a referida audiência pública, além do secretário de Estado de Fazenda, o diretor-geral do IPSM;

nº 10.535/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam realizadas em São João Nepomuceno operações conjuntas de repressão qualificada, com o apoio de unidades especializadas, após devido planejamento com os setores de inteligência das referidas instituições;

nº 10.536/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam disponibilizados aos policiais civis e militares lotados em São João Nepomuceno os devidos equipamentos de proteção, nos termos da Lei nº 18.015, de 2009, que obriga o Estado a fornecer revólver, munição, algemas e colete à prova de balas aos policiais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de 26/10/2017, às 10h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Paulo Guedes.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 7/11/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.675/2016, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à presidente do Iepha pedido de informações sobre o procedimento de tombamento do imóvel onde se localiza o Colégio Angélica, no Município de Coronel Fabriciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.849/2016, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a quantidade de leitos de UTI credenciados no Estado nos últimos quatro anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.829/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado no Município de Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.390/2016, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante da 15ª Região da Polícia Militar pedido de informações sobre a razão e a data de início do destacamento de policiais militares para fazer a escolta do prefeito de Ouro Verde de Minas e o número de militares envolvidos, bem como sobre o pagamento de diárias a esses policiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimaraes para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## 2ª Fase

### (das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102, e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

## 3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 7/11/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.536, 8.538, 8.549 a 8.555, 8.559, 8.596, 8.614 a 8.619, 8.621, 8.630, 8.631, 8.633 a 8.635, 8.661 a 8.663, 8.669, 8.670, 8.758, 8.759, 8.821, 8.851 a 8.855, 8.874, 8.875, e 8.907 a 8.918/2017, do deputado Cabo Júlio, e 8.560/2017, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a ouvir os convocados Maj. PM Renato Salgado Cintra Gil, Comandante da 6ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar, e o Ten.-Cel. PM Eduardo Felisberto Alves, Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, sobre as irregularidades verificadas durante visita à Companhia em 24/10/2017, tais como escala de trabalho irregular, ambiente insalubre e desvio de função, entre outros.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 7/11/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.432/2016, dos deputados Fabiano Tolentino e Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.959/2017, da Comissão de Administração Pública; 8.965, 9.142 e 9.148/2017, do deputado Fábio Cherem; 9.117/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 9.134, 9.136 e 9.137/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/11/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.034/2017, do deputado Léo Portela; 3.926/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Requerimentos nºs 9.157/2017, do deputado Bosco; 9.177 a 9.182/2017, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 7/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 774/2015, do deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.556/2016, do deputado Dilzon Melo, e 4.018/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Requerimento nº 9.258/2017, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.912/2016, do deputado Leonídio Bouças; 3.921/2016, do deputado João Vítor Xavier; 3.993/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; e 4.062/2017, do deputado Cássio Soares.

Requerimentos nºs 9.012/2017, do deputado Doutor Wilson Batista, e 9.133/2017, do deputado Thiago Cota.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/11/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/11/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 8/11/2017, às 10 horas, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a finalidade de averiguar o posicionamento do governo estadual perante a privatização da CeasaMinas, em especial no tocante ao Mercado Livre do Produtor, também conhecido como Pedra, tendo em vista a inclusão da companhia no Programa de Parcerias de Investimento – PPI – do governo federal.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/11/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o desmonte das universidades e dos institutos federais, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Apoio aos Institutos Federais e às Universidades Federais; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular, e os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 9/11/2017, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de,

em audiência pública, receber os relatórios com as sugestões populares resultantes do processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 4.665/2017, encerrando-se o referido processo, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 6/11/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Jacqueline Miranda Alves Pereira, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

exonerando Luisa Abdo Souza Ribeiro Pires, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Divarci Antonio de Carvalho Junior, padrão VL-39, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Elisangela Ribeiro de Moraes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Yolanda Lourdes Lacerda Francisco, padrão VL-12, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.